
ESSES DIAS ME VIRAM NA RUA: vivências de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua a partir do documentário¹

Adriene Silva Alves²
Kesya Ribeiro Domingas dos Santos³
Betânia Maria Vilas Boas Barreto⁴
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Resumo

O estudo apresenta o documentário “Esses dias me viram na rua” (2024), que registra o cotidiano de Lucas Santos e Bibi Ferreira, pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua em Ilhéus (BA) e possui o objetivo de evidenciar como gênero, sexualidade e exclusão socioeconômica se interseccionam. Com uma metodologia participativa, abordagem do Cinema Verdade e fundamentado em teóricos como Louro (1997), Butler (2018), Foucault (2014), Mbembe (2018) e Castelo, Ribeiro e Rocamora (2020) e Nichols (2016), o trabalho contribui para a visibilidade crítica desse grupo e fomenta debates sobre justiça social.

Palavra-chave: Pessoas em situação de rua; LGBTQIAPN+; documentário.

1. Introdução

O documentário “Esses dias me viram na rua” (2024) foi produzido a partir de inquietações suscitadas durante a elaboração de uma reportagem sobre políticas públicas e organizações não governamentais, realizada no segundo semestre de 2023. O contato com a realidade de pessoas em situação de rua em Ilhéus (BA) evidenciou problemáticas sociais complexas e frequentemente invisibilizadas, o que motivou o aprofundamento da temática no Trabalho de Conclusão de Curso.

Partindo do reconhecimento da histórica exclusão da comunidade *queer* (Louro, 1997), o projeto experimental incorporou as identidades das realizadoras, pessoas da comunidade LGBTQIAPN+, como o recorte social central para a temática abordada. Desse modo, o documentário propõe um olhar sensível às vivências de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua em Ilhéus, apresentando como as camadas de

¹ Trabalho apresentado na IJ07 - Comunicação e Cidadania, da Intercom Júnior – 21ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada em Comunicação Social - Rádio, TV e Internet da UESC, email: drika05.alves@gmail.com.

³ Graduada em Comunicação Social - Rádio, TV e Internet da UESC, email: kesyaribeiro4@gmail.com.

⁴ Professora do Curso de Comunicação Social - Rádio, TV e Internet da UESC, email: bmvbbarreto@uesc.br.

vulnerabilidade se unem à negação de direitos básicos, como saúde, alimentação e segurança.

Diante desse cenário, define-se o seguinte problema de pesquisa: como pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, sujeitos duplamente afetados, vivenciam e experienciam suas subjetividades a partir do desvio da norma cisheterossexual e da exclusão socioeconômica?

Estabelecem-se, portanto, os seguintes objetivos: discutir sobre o contexto de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, evidenciando as conexões entre identidade de gênero, orientação sexual, classe social e condição de moradia; contribuir para a quebra de paradigmas e preconceitos, por meio da representação humanizada dessas vivências; e analisar e criticar como o sistema capitalista e o patriarcado influenciam a marginalização das pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua.

2. Fundamentação teórica

Pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, são sujeitos situados à margem da estrutura social. É a partir dos marcadores sociais da diferença que podemos enxergar esses indivíduos por meio da multiplicidade, observando as manifestações das violências em seus corpos. Tais opressões são resultados de processos socioeconômicos que ocorreram ao longo da história da humanidade.

Como um dos fenômenos mais influentes na formação das relações sociais modernas, o capitalismo se consolidou como sistema econômico, político e social de forma lenta e exploratória. Definido por Marx (1961) como um sistema de produção de mercadorias que se transfigura em renovação de lucro e acumulação de capital para a elite econômica. Essa estrutura foi construída e aperfeiçoada para que “a grande riqueza de alguns seja sempre acompanhada da absoluta privação do necessário para muitos outros [...] Os pobres e os ociosos são um fruto necessário dos ricos e ativos” (Ortes, 1804, p. 6).

No Brasil, a formação de um Estado capitalista perpetua desigualdades criadas sob um sistema de opressão, controle de corpos e vivências de populações subjugadas a uma lógica que amputa existências dissidentes da norma hegemônica (Mbembe, 2018). Esse processo tem raízes históricas na colonização, que implantou um modelo baseado

na exploração e desumanização de grupos marginalizados, especialmente negros e indígenas.

A abolição da escravidão em 1888, após a criação de leis paliativas que antecederam a assinatura da Lei Áurea, embora tenha representado um marco legal, não foi acompanhada de políticas efetivas de inclusão social. Isso deixou milhares de ex-escravizados e seus descendentes à margem da sociedade, sem acesso a terras, trabalho digno ou direitos civis plenos. Essa transição inacabada perpetua as desigualdades estruturais que ainda persistem no país (Castelo; Ribeiro; Rocamora, 2020).

Desta forma, a colonialidade, um legado do período colonial, persiste dentro do capitalismo, utilizando a raça para sustentar relações de poder e naturalizando a subordinação de pessoas não brancas a trabalhos de baixa remuneração. O racismo, assim, se manifesta nas estruturas que sustentam a sociedade de classes, sendo o capitalismo um sistema de exploração que perpetua a dominação. A favelização e a população em situação de rua são, portanto, indissociáveis da lógica capitalista, impulsionadas pela especulação imobiliária, baixos salários e a negação do "Direito à Cidade" (Lefebvre, 2008) às camadas mais pobres.

Essa desigualdade sistêmica se aprofundou com o avanço do neoliberalismo a partir da década de 1990, quando a precarização das relações de trabalho e a redução da responsabilidade estatal agravaram as situações de vulnerabilidade social (Tiengo, 2016). Nesse contexto, o sistema patriarcal e cisheteronormativo atua como mecanismo complementar de exclusão, estruturando disparidades de gênero e sexualidade por meio de normas que deslegitimam existências não normativas.

A partir do recorte de gênero e sexualidade, Meyer (2013) enfatiza a importância de compreender o conceito de gênero a partir de uma perspectiva que examina os processos de construção das distinções binárias percebidas entre homens e mulheres, sejam elas biológicas, comportamentais ou psíquicas. Essa abordagem nos leva a considerar corpos que rompem com as lógicas cis, moldando seus comportamentos e experienciando suas vivências a partir da transgeneridade⁵. Além disso, a autora argumenta que essa perspectiva reconhece que instituições, símbolos, normas, leis e

⁵ Condição de pessoas cuja identidade de gênero é diferente do gênero que lhes foi atribuído ao nascer com base em suas características biológicas

políticas de uma sociedade são construídos e permeados por representações e pressupostos feminino e masculino, e que esses retratos são continuamente produzidos e/ou ressignificados.

Em consonância com Meyer (2013), para Foucault (2014), a sexualidade pode ser compreendida como uma construção histórica e social, e não simplesmente como uma expressão de desejos restritos à binaridade e à atração dentro da cisheteronormatividade. Assim como o gênero, a sexualidade também funciona como uma tecnologia de poder. O controle sobre essas "tecnologias da sexualidade" intensificou-se no século XIX, com a ascensão do moralismo vitoriano, especialmente na Inglaterra, que se disseminou como um padrão moral, promovendo ideias de pureza sexual, castidade e autocontrole.

No capitalismo contemporâneo, essa lógica de controle se reconfigura por meio da sexopolítica, que surge como uma manifestação da biopolítica⁶ onde o sexo, desde os órgãos sexuais até as práticas, normas de masculinidade e feminilidade e identidades sexuais, passa a ser central no exercício de poder. Preciado (2011) explora como as tecnologias e discursos em torno da sexualidade, desempenham um papel crucial na normatização das identidades, consolidando o sexo como ferramenta de controle e regulação das vidas.

Dessa forma, as dinâmicas da sexopolítica não operam isoladamente, mas se entrelaçam com estruturas históricas de desigualdade e exclusão social. A normatização das identidades sexuais e de gênero reforça mecanismos que aprofundam a marginalização de certos grupos, evidenciando como padrões de controle biopolítico também impactam o acesso a direitos fundamentais e a manutenção de suportes de sociabilidade.

Esse cenário pode ser observado no Brasil a partir da desfiliação ou fragilização dos suportes de sociabilidade (Costa; Silva, 2009) das populações marginalizadas no país que revela o passado colonial de exploração e desigualdade que seguem permanentes e impactam as dinâmicas urbanas contemporâneas. Segundo dados do relatório divulgado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) em 2023, o Brasil possuía cerca de 236.400 pessoas em situação de rua. Dentre esse grupo,

⁶ Conceito que surge na filosofia, especialmente nos trabalhos de Michel Foucault, e refere-se à maneira como o poder é exercido sobre a vida das populações. Trata-se de uma forma de poder que envolve o controle e a regulação de corpos, comportamentos e populações.

o perfil era majoritariamente masculino (88%), composto por pessoas negras (68%, somando pardas, 50%, e pretas, 18%) e em sua maioria em idade adulta (57% tinham entre 30 e 49 anos).

Vieira, Bezerra e Rosa (2004) esclarecem que a predominância do gênero masculino está associada à ideia cultural do homem provedor, que deixa o lar cedo em busca da independência. Além disso, o machismo contribui para que a presença masculina nas ruas seja mais aceita socialmente do que a feminina (Prates; Prates, 2011). Em Ilhéus, a superioridade numérica de homens entre as pessoas em situação de rua também é constatada. Dados do ano de 2024, disponibilizados pelo psicólogo Gustavo Pestana, coordenador das ações da Secretaria de Promoção Social e Combate à Pobreza por meio do Centro Especializado de Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop), indicam que, na cidade, existem cerca de 247 pessoas em situação de rua, das quais 80% são homens e apenas 20% são mulheres, com idades entre 20 e 45 anos.

Contudo, essa leitura estatística revela uma lacuna crítica: a invisibilização das pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua. No Brasil, o único dado apurado pelo Governo no âmbito do gênero e sexualidade aconteceu por meio da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que coletou, pela primeira vez, informações sobre a orientação sexual da população. Com a divulgação dos resultados feita de forma experimental, a pesquisa apresentou uma alta subnotificação, atribuída, em grande parte, ao elevado número de indivíduos que optaram por não informar sua orientação sexual.

Abordando o recorte de pessoas em situação de rua, o país não possui registros oficiais sobre essa população (ObservaDH, 2024). Em Ilhéus, estimativas indicam que cerca de 8% das pessoas em situação de rua se identificam como LGBTQIAPN+, mas a ausência de políticas públicas específicas reforça seu apagamento e exclusão. Esse silenciamento estatístico impede a formulação de estratégias adequadas de acolhimento, ao mesmo tempo em que sustenta um sistema de controle e normatização de corpos dissidentes, como discutem Louro (1997), Butler (2003) e Preciado (2008).

3. Metodologia

A investigação optou pelo gênero documental, partindo da premissa da gravação de eventos autônomos, por meio do “encontro de alguém que controla uma câmera de

filmar com alguém que não a controla” caracterizando uma relação como a transição de “eu falo deles para você” para “eu falo com eles por nós (eu e você)” (Nichols, 2016, p. 188 e 190).

Nichols (2016, p.36) afirma que o documentário não é “uma reprodução da realidade, é uma representação do mundo em que vivemos”, pois em sua produção estão inseridos os processos criativos pessoais do cineasta, de acordo com seu repertório cultural, social, político e econômico, que utiliza a linguagem cinematográfica para expressar um ponto de vista sobre o mundo histórico (Puccini, 2007). Desse modo, o documentário se concretiza como um gênero que busca representar situações e temas da realidade por meio de técnicas e estilos cinematográficos que transladam entre as características de diversos gêneros fílmicos.

“Esses dias me viram na rua” (2024) possui um enfoque no Cinema Verdade e no modo participativo, em que a equipe assume papel ativo na construção da narrativa. Derivado da metodologia de pesquisa antropológica no qual o pesquisador utiliza o método de observação participante em que ele se relaciona diretamente com os atores sociais em seu espaço, participando de seus contextos culturais, modificando-o e sendo mutuamente modificado no processo (Minayo, 2013). Assim, “A sensação de presença – em vez de ausência – física que emana das trocas em som sincrônico entre cineasta e personagem coloca o cineasta ‘na cena’.” (Nichols, 2016, p. 191), fazendo com que a persuasão do discurso seja fundamentada na qualidade da interação do documentarista com os personagens.

A relação de troca entre o documentarista, os atores sociais e seu público alvo contribui para que o documentário acrescente ao processo cumulativo do aprendizado (Shuell, 1986). Esse relacionamento acontece em diversos graus de proximidade de acordo com o modo de cada documentário. No modo participativo o vínculo cineasta-personagem desempenha um papel de destaque no filme, fazendo com que o uso dos princípios da ética sejam uma base essencial em todo seu processo de produção.

Nesse contexto, Lucas Santos foi o primeiro convidado para participar do documentário, a partir da relação construída anteriormente na reportagem. Ele próprio indicou Bibi Ferreira. Adotou-se um "roteiro imaginário" (Guzmán, 2017), flexível e adequado às dinâmicas imprevisíveis da rua. A partir do contato com os dois, as documentaristas passaram a acompanhá-los periodicamente, compartilhando cada etapa

do processo. Inspiradas por Buber (2006), buscou-se uma relação de escuta e alteridade, compreendendo suas histórias por meio da convivência, o que permitiu acessar aspectos da rotina, opiniões e formas de sobrevivência nas ruas.

Durante a produção, as filmagens ocorreram entre 25/08 e 19/09, totalizando treze dias de captação em diferentes turnos. Utilizou-se câmera na mão, priorizando planos-sequência, espontaneidade e mobilidade, com iluminação adaptada e uso de microfones de lapela (Chion, 2011). A rotina instável dos participantes e os desafios de segurança exigiram flexibilidade (Puccini, 2007).

Na pós-produção, a narrativa foi dividida em três blocos: um dedicado a Lucas, outro a Bibi e o terceiro com ambos em cena. A montagem explorou planos-sequência, rupturas e uso da trilha sonora para criar significados. As tomadas possuem início e fim próprios, com intervalos que funcionam como transições e ambientações para os novos blocos.

4. Interseccionalidades e Narrativas: Corpos LGBTQIAPN+ em Contexto de Rua

A obra evidencia como as dinâmicas interseccionais de gênero, sexualidade, classe e acesso à moradia operam conjuntamente na marginalização de pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua. Lucas, homem cis gay de 39 anos, pedagogo e atualmente garçom, vive em uma barraca de *camping* e compartilhou sua trajetória: criado em uma família evangélica, rompeu os laços afetivos com seu núcleo familiar aos 18 anos devido sua orientação sexual. Após perder o emprego durante a pandemia de COVID-19, passou a viver nas ruas. Seus relatos abordam o preconceito enfrentado, as dificuldades de acesso à saúde e reflexões sobre as desigualdades do capitalismo e a solidão, mantendo, no entanto, a esperança na educação como caminho para transformação social.

Bibi, mulher trans de 49 anos nascida em Santana (SP), vive com o marido em uma cabana de lona e vende artesanato nos semáforos. Apesar de ter sido criada em um ambiente evangélico, relata ter recebido o apoio de sua família. Deixou o trabalho com *Marketing* para acompanhar o companheiro na vida nas ruas. Em seus relatos, aborda sua identidade de gênero, os preconceitos enfrentados no dia a dia e a luta por uma moradia digna. Junto a Lucas, dividiu reflexões sobre afeto, cotidiano e planos para o futuro.

A abordagem participativa permitiu que Lucas e Bibi se expressassem livremente, dando à narrativa um caráter mais próximo e respeitoso. Seguindo Jacinto (2021), os encontros foram tratados como espaços de troca, conferindo caráter participativo à narrativa (Nichols, 2016). A presença das documentaristas em cena, também como mulheres LGBTQIAPN+, reforçou o compromisso ético com a representação dessas vivências. As escolhas estéticas, como a câmera na mão e os planos-sequência, contribuíram para uma obra delicada, pungente e imersiva, que articula teoria e prática na discussão sobre exclusão social.

5. Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo deste resumo expandido evidenciam que o trabalho contribui para a experimentação de novas formas narrativas na comunicação, fortalecendo a representatividade de grupos historicamente excluídos e incentivando estudantes e profissionais da área a explorar temáticas ainda pouco abordadas. Além disso, amplia-se o debate no campo dos estudos sobre a população LGBTQIAPN+ em situação de rua, que apresenta inúmeras lacunas teóricas a serem investigadas. A produção audiovisual, nesse contexto, torna-se uma ferramenta relevante tanto para o registro quanto para a análise crítica dessas realidades sociais.

Espera-se que o documentário proporcione ao público uma compreensão mais aprofundada sobre a realidade vivida por pessoas LGBTQIAPN+ em situação de rua, sensibilizando-o para refletir sobre as raízes históricas e estruturais dessa problemática, vinculadas ao sistema patriarcal e ao capitalismo exploratório. Almeja-se também que o filme estimule ações concretas de apoio a esses sujeitos e contribua para pressionar autoridades públicas à adoção de políticas efetivas. Acredita-se que, por meio do engajamento crítico, seja possível fortalecer iniciativas que promovam justiça social e garantia de direitos.

Referências

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **População em situação de rua: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registro administrativo e sistemas do Governo Federal**. Brasília: MDHC 2023.

BUBER, Martin. **Eu e Tu**. 10 Ed. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Editora José Olympio, 2018.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme de. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social & Sociedade**, n. 137, p. 15-34, 2020.

CHION, Michel. **A audiovisualização: o som e imagem no cinema**. Lisboa: Edições Texto & Grafia, 2011.

COSTA, Ana Paula M.; SILVA, Marta Borba. População em situação de rua: desafio às políticas públicas brasileiras. In: MENDES, Jussara M. R.; PRATES, Jane C.; AGUINSKY, Beatriz G. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social: contribuições à fundamentação e os desafios à implantação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GUZMÁN, Patrício. **Filmar o que não se vê: um modo de fazer documentário**. Tradução: José Feres Sabino. São Paulo: Edições Sesc, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional de Saúde**. Brasília, 2019.

JACINTO, Thífani Postali. **Documentário de ética dialógica: a explicitação do encontro entre documentaristas e atores sociais**. 2021. 162f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, São Paulo, 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós estruturalista**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl. **O Capital**. Moscou: Editora de Línguas Estrangeiras, 1961.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MINAYO, Maria Cecília. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. 6 ed. Campinas: Papirus, 2016.

ORTES, Giammaria. **Parte moderna: Della economia nazionale libri sei**. Destefanis, 1804.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRATES, Jane Cruz; PRATES Flávio Cruz ; MACHADO Simone. Populações em situação de rua: os processos de Exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

PRECIADO, Paul. **Multidões queer: notas para uma política dos "anormais"**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 1, 2011.

SHUELL, Thomas J. Cognitive conceptions of learning. **Review of educational research**, v. 56, n. 4, 1986.

TIENGO, Verônica Martins. **População em situação de rua: o fruto necessário à reprodução capitalista e a funcionalidade do trabalho informal**. 2016.

VIEIRA, Maria Antonieta da Costa; BEZERRA, Eneida Maria Ramos; ROSA, Cleisa Moreno Maffei (Orgs.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.